

O Problema do Poder

Entre a Psicologia Social e o Anarquismo

Eduardo Colombo

01/2016

Conteúdo

| | |
|---|----|
| Introdução | 3 |
| Uma Breve História Do Movimento Anarquista | 5 |
| Poder, Autoridade e Mito | 10 |
| Poder Político Fora da Consciência | 13 |
| O Herdeiro do Complexo e a Ambivalência Diante o Anarquismo | 15 |

Introdução

A tirania social é muitas vezes esmagadora e fatal, “domina os homens pelos costumes, pela moral, pela massa de sentimentos, preconceitos e hábitos tanto da vida material quanto da mente e do coração e que constituem o que chamamos de opinião pública. (...) Segue-se que, para se revoltar contra essa influência que a sociedade naturalmente exerce sobre ele, o homem deve, pelo menos em parte, revoltar-se contra si mesmo”. Mikhail Bakunin

Um historiador do anarquismo espanhol considerava, já há alguns anos, que a opinião pública em geral reservava ao anarquismo um lugar especial, talvez explicável apenas em termos freudianos. A psicanálise pode trazer um grão de compreensão para a questão?

O psicólogo social, baseando-se em certas conjecturas de Freud sobre a origem da cultura, poderia pensar que o ataque radical que o anarquismo dirige contra a autoridade despertaria um movimento de raiva mal contida ou irritação indefinível nas pessoas comuns, como consequência da intensificação do *sentimento social de culpa* que tal ataque não pode evitar. Essa reação inconsciente de recusa pode se manifestar de várias maneiras, pela negação e estranhamento, pelo desprezo e difamação, ou simplesmente pelo “descarrilamento do entendimento”.

O anarquista, por sua vez, ponderaria e resmungaria que, realmente, como é possível que um movimento com a extensão social, o impacto insurrecional e a radicalidade do compromisso individual que ele implica, seja neste ponto incompreendido e sistematicamente distorcido como é o caso do anarquismo.

Se você perguntar a um estranho: O que é anarquismo? Você provavelmente ouvirá falar de desorganização, caos e vontade de destruir tudo. Se não for muito jovem, o estrangeiro talvez se lembre das velhas histórias da Guerra Civil Espanhola segundo a versão dos bolcheviques, inimigos jurados dos anarquistas. Um intelectual lhe dirá que anarquismo é individualismo ou niilismo, ou lhe dirá sobre anarcocapitalistas. E se for um jornalista francês, ele dirá algumas palavras de acordo sobre a fita de Bonnot e sobre a bomba de Henry. Ele falará, portanto, conforme o caso, de suas próprias fantasias, fatos falsificados, filosofias desconectadas das realidades sociais, fatos diversos e bombas.

E ainda...

Uma Breve História Do Movimento Anarquista

Tentaremos mostrar o valor heurístico da hipótese freudiana que postula a existência de motivações psicológicas inconscientes para explicar a *negação*, recusa e ambivalência que “a opinião pública” manifesta em relação ao anarquismo. Mas, desde logo, intervém um problema, como supor um mecanismo de negação sem tornar presente a coisa (*des*)negada?

Para poder acreditar na negação de um fato, primeiro é necessário demonstrar a existência do que se supõe não ser reconhecido.

No entanto, se a negação, ou mesmo o símbolo intelectual da negação, toca a matéria consciente da informação – não querer saber – tem sua fonte em um desejo reprimido inaceitável para a consciência do sujeito que nega ter nutrido um dia o desejo matar o autocrata, o “Pai Primitivo”, como veremos mais adiante.

Se o anarquismo mobiliza tais forças emocionais contra ele, parece necessário começar mostrando a importância e a extensão do movimento que o corporifica. Então vamos concordar em dar algum tempo à sua história.

Como movimento social, podemos dar ao anarquismo uma data de nascimento: 1872. Começa a germinar no conflito que se desenvolve dentro da Primeira Internacional entre tendências federalistas e centralistas ou autoritárias, que culminará na divisão da organização trabalhista consumada no Congresso de Haia. Dois dias após a realização deste congresso, em 15 de setembro de 1872, o Congresso Antiautoritário reuniu-se em Saint-Imier (a sexta AIT se seguirmos a cronologia da Internacional). Os internacionalistas ali declaram: *Que a destruição de todo poder político é o primeiro dever do proletariado.*

A AIT antiautoritária viverá um breve e intenso período de vitalidade desigual nos países europeus, apontada por uma repressão feroz que os communards já conheciam na França e que seguirá incansavelmente os passos dos anarquistas.

Com a Internacional, o anarquismo se espalhou na Itália, assim como na Espanha onde, apesar do golpe de 1874 contra a República, que restaurou a dinastia Bourbon, a Federação Regional desenvolveu-se clandestinamente: o congresso de Sevilha (1882) reconhece 668 seções, 218 Federações locais, reunindo 57.900 membros “que se declararam” – conta-nos Anselmo Lorenzo – “simplesmente anarquistas”.

No resto da Europa, com exceção do Jura, a Internacional murcha. Mas em seu último congresso – o 9º, Verviers 1877 – novas seções do Uruguai, Argentina e México pediram para participar.

Reivindicando inspiração da Conferência Anarquista de Londres de 1881, a *Associação Internacional dos Trabalhadores* (IWPA) foi fundada nos Estados Unidos em 1883; ela reúne cerca de 100 grupos em vários centros industriais no Nordeste e Centro-Oeste e tem uma forte base de trabalho em organizações trabalhistas de Chicago. A IWPA publica o semanário *The Alarm*, com Albert Parsons como editor. As repetidas greves para obter a jornada de trabalho de oito horas levam à data de 1º de maio de 1886, fixado pelos sindicatos dos Estados Unidos e Canadá, para a generalização do protesto dos trabalhadores, data que ficará para a história marcada pela reunião de Haymarket, e o julgamento injusto que tirou a vida dos “Mártires de Chicago”. O sacrifício desses cinco anarquistas dará ao Primeiro de Maio sua dimensão internacional.

A cada aniversário, as manifestações se sucedem e se espalham pelo mundo. Na França, foi em Viena em 1890 que os anarquistas conseguiram dar ao Primeiro de Maio aquele caráter revolucionário e antilegalista, baseado na ação direta e na busca da greve geral que o confronto sem concessões com a burguesia exige e que os socialistas parlamentares olham com muito mau-olhado. No ano seguinte, foi em Fourmies que as tropas dispararam contra a multidão, matando nove pessoas, a maioria com menos de vinte anos, um tiro cruel que produziu um grande choque em toda a França.

Nesse mesmo dia, em Clichy, a polícia prendeu violentamente e “espancou” três anarquistas, dois dos quais foram severamente condenados. *La Révolte* e outros jornais anarquistas criticam duramente a repressão e pedem “propaganda pela ação”, um tanto sob a influência das bombas *Narodnaya Volya* (a Vontade do Povo) que mataram Alexandre II em São Petersburgo. (1 de março de 1881). Este será o período dos ataques anarquistas na França entre 1892 e a bomba de Henry em fevereiro de 1894.

A classe trabalhadora toma consciência de sua vulnerabilidade ao mesmo tempo em que sente a força potencial que a greve contém se se tornar uma ação conjunta e solidária dos explorados que conduz à *greve geral*.

Jules Guesde, fundador do Partido dos Trabalhadores de orientação marxista, que havia sido anarquista após o Congresso de Haia, não ignorava a gravidade do problema que a “greve geral” colocava ao socialismo parlamentar e aos marxistas na medida em que destituiu a representação política de qualquer função e que implica a renúncia à luta pela conquista prévia do poder central por via legal. Podemos, portanto, considerar que carrega consigo um artigo de fé anarquista.

A agitação e as greves pela jornada de 8 horas darão um novo impulso a todos aqueles que defendem a ação direta, facilitando uma aproximação organizacional entre o movimento anarquista e a organização trabalhista como nos dias da Primeira Internacional.

Retomando a mensagem incansavelmente propagada desde 1886 por Joseph Tortelier, carpinteiro, anarquista e sindicalista revolucionário, Fernand Pelloutier dará pleno alcance à questão da greve geral.

A Federação Nacional dos Sindicatos reuniu-se em Nantes (dezembro de 1894), e Pelloutier participou como vice-secretário da Federação das Bolsas de Trabalho. O congresso vota para organizar a greve geral. Os Guesdistas, derrotados, abandonaram o local. O caminho está aberto para a ação dos anarquistas em direção ao sindicalismo revolucionário.

O socialismo marxista quer se livrar dos problemas colocados por essa ala radical e revolucionária. Reunida em Londres em 1896, a Internacional Socialista (Segunda Internacional) toma a seguinte resolução: aos futuros congressos só serão admitidas organizações que declarem reconhecer “a necessidade de ação legislativa e parlamentar. Conseqüentemente, os anarquistas serão excluídos”.

Essa exclusão – como ocorreu em 1872 – funcionou como um estímulo ao movimento antiautoritário. A década seguinte assistirá à formação e consolidação de associações operárias baseadas na autonomia das seções e na ação direta em diferentes países que seguirão a linha da Primeira Internacional “bakuninista”.

A CGT francesa é fortemente influenciada pela ideologia anarquista e a Carta de Amiens de 1906 desenvolve a concepção do sindicalismo revolucionário. Em 1912, a CGT ainda lutava de forma não parlamentar contra a legislação previdenciária que submetia a “condição de trabalho” ao controle estatal: a legalização dos sindicatos e das greves que tentava organizar o boicote. Depois da guerra e da criação da Internacional Vermelha, a CGT, subserviente por muitos anos a Moscou, esqueceu suas origens, esqueceu a autonomia das federações a ponto de riscar de seus estatutos, depois de 1968, a abolição do trabalho assalariado que ainda aí figurava.

A IWW (*Industrial Workers of the World*) nasceu em Chicago em 1905, ela participará com as demais federações regionais (nacionais) mencionadas aqui na refundação da Associação Internacional de Trabalhadores de Berlim (1922). Falta a já dividida CGT francesa, é substituída pela CGT-SR.

No mesmo ano, em seu quinto Congresso, a Federação Operária Regional Argentina (FORA) adota a posição “finalista” que recomenda aos trabalhadores a luta pelo Comunismo Anarquista. Organiza a maioria do proletariado do país em diferentes momentos do primeiro quartel do século passado.

Na Espanha o movimento renasceu em 1907 com a *Solidaridad Obrera*, que esteve na origem da CNT que no Congresso de Comédia de Madri (1919) declarou que “de acordo com a essência dos postulados da Primeira Internacional Operária, o objetivo perseguido pela Confederação Nacional do Trabalho da Espanha é o Comunismo Anarquista”. A CNT tinha então mais de 700.000 membros.

Em 1907, foi criado na Itália o *Comitato di Azione Diretta*, antecedente do Sindicato Italiano (USI), de orientação sindicalista revolucionária e anarco-sindicalista.

Na Alemanha, o sindicalismo revolucionário apareceu com a Associação Livre dos Sindicatos Alemães (FVDG) que após a Primeira Guerra Mundial tomou o nome de *Freie Arbeiter Union Deutschland* (FAUD) e na época contava com mais de 100.000 membros.

E organizações trabalhistas antiautoritárias também existem na Holanda (NSV), na Suécia (SAC), na Noruega... impossível citar tudo neste pequeno artigo. Mas não podemos deixar de lado o resto da América Latina com o anarquismo na origem da Revolução Mexicana de 1910 e a Confederação Geral dos Trabalhadores do México, a Federação Regional do Uruguai, o *Centro obrero regional* do Paraguai, Brasil, Peru, Bolívia, tantas organizações que constituirão a Associação Continental Americana dos Trabalhadores (ACAT) em 1929, parte integrante da AIT.

Em dezembro de 1922, quando o congresso fundador da nova AIT foi convocado em Berlim, os treze países representados reuniram, segundo Rudolf Rocker em suas **Memórias**, dois milhões de membros, outras estimativas dão um milhão e quinhentos mil.

Em todos esses países, ao lado das organizações trabalhistas citadas, uma miríade de grupos de “afinidade” foi formada, além de federações anarquistas específicas que muitas vezes invocam várias interpretações do anarquismo.

Mas a tempestade contrarrevolucionária rugiu e se solta. Na Europa, na Ásia, os totalitarismos e a guerra impõem seu reino de morte, nos Estados Unidos inflama a xenofobia, na América Latina as ditaduras militares se enfurecem.

A Revolução de Outubro despertou esperanças em todo o mundo, e rapidamente as ilusões se desfizeram. No final de 1917, a Federação de Grupos Anarquistas de Petrogrado publicou um jornal diário que tinha uma audiência de mais de 25.000 leitores, principalmente moradores do distrito de Kronstadt e outros subúrbios da classe trabalhadora. Na véspera da Revolução de Fevereiro, um grupo de anarquistas confiscou a antiga Câmara de Comércio de Moscou, rebatizada de “Casa da Anarquia”, onde a Federação predominantemente anarco-comunista se estabeleceu enquanto os anarco-sindicalistas se comprometeram a imprimir *Golos trouda* (A Voz do Trabalho) em Moscou.

A imprensa anarquista critica duramente a direção bolchevique que negocia a paz com os alemães desde fevereiro de 1918 em Brest-Litovsk e que leva a concessões que consideram uma traição à revolução mundial; o tratado foi assinado em 3 de março e no dia 14 o IV Congresso dos Sovietes se reuniu para ratificá-lo, treze delegados anarquistas se opuseram. Os líderes bolcheviques decidem agir e desarmar a Guarda Negra anarquista. Na noite de 11 para 12 de abril, a Tcheka investiu vinte e seis centros anarquistas na capital, que havia sido transferida de Petrogrado para Moscou. No ataque com armas pesadas à Casa da Anarquia, os Guardas Negros lutam duramente por horas. Houve várias dezenas de mortes e mais de 500 detidos. Em maio, Anarkhiia, *Golos trouda*, assim como outros jornais são banidos permanentemente.

Uma vasta revolta camponesa está crescendo na Ucrânia. Após a assinatura do Tratado de Brest-Litovsk que entrega a região aos alemães, Nestor Makhno e seus companheiros anarquistas organizam a resistência. Este movimento chamado “Makhnovtchina” luta incansavelmente de 1918 até agosto de 1921 contra as forças do nacionalista burguês de Petliura primeiro, contra os exércitos brancos de Denikin e Wrangel depois. E depois de suas vitórias, o movimento makhnovista teve que enfrentar durante meses o Exército Vermelho, seu aliado tático por um tempo, que se voltou contra ele.

Kronstadt, a rebelião, levantou-se nos primeiros meses de 1921. Os marinheiros e trabalhadores da Frota do Báltico queriam restaurar a “liberdade dos soviets”, eles, que faziam parte da bela flor dos revolucionários de outubro, agora enfrentam a ditadura do partido bolchevique. Em 18 de março, após quinze dias de combates, ainda havia combates em vários bairros da cidade. Nesse dia o governo comunista celebra o aniversário da Comuna de Paris, enquanto os revolucionários de Kronstadt são massacrados como seus irmãos em ideal, os communards.

Os bolcheviques continuaram a repressão com prisões em massa de anarquistas e anarco-sindicalistas. Será necessário esperar até o final do século para encontrar manifestações públicas de anarquistas na Rússia.

O Extremo Oriente viu as primeiras influências anarquistas chegarem de Portugal e Catalunha em direção aos portos de Macau e Manila onde se organizou a primeira união de orientação anarquista no início do século XX, e é daí que o movimento se espalha para Hong Kong, Guangzhou, Xangai e Yokohama. Por volta dos anos 1918–1920, os anarquistas chineses lideraram cerca de quarenta sindicatos apenas em Guangzhou e tinham cerca de 5.000 membros na cidade de Changsha.

Mais ao norte, neste leste da Ásia, o movimento anarquista também está se desenvolvendo no Japão, apesar da repressão implacável. Durante a década de 1920, graças à atividade de anarquistas coreanos que trabalhavam no Japão, o movimento se inseriu dentro da Coreia ocupada pelo exército japonês. Foi a cidade portuária de Wonsan (hoje Coreia do Norte) que viu nascer os sindicatos e as “sociedades negras”, criadas pelos anarquistas da época, e que conseguiram sobreviver após 1945 reconstruindo o movimento naquele breve verão antes o conflito de 1950 e a divisão do país.

Mas foi durante o exílio na Manchúria que o movimento coreano conseguiu estabelecer uma comuna socialista libertária nos anos de 1929 a 1932.

Em um território de mais ou menos 350.000 km² a leste do rio Armor (‘Black Dragon River’ em chinês, ou simplesmente “Black River” em manchu) a Comuna da Manchúria, impulsionada por organizações anarquistas, vive esses quatro anos de luta contra o Exército Imperial Japonês, contra os

nacionalistas e comunistas chineses e contra os bolcheviques russos. A zona franca estabelecida pela Comuna do Rio Negro tinha uma extensão três vezes maior do que a ocupada pelos “Makhnovtchina” na Ucrânia dez anos antes, e teve o mesmo destino: no ano de 1931 a ofensiva do exército japonês que se preparava a invasão da China, as ações do Exército Vermelho, a infiltração de seu território e o sequestro e assassinato sistemáticos de militantes anarquistas ativos puseram fim à experiência anarquista.

Chegamos aos prolegômenos da Segunda Guerra Mundial e é então a Espanha que é o lugar do último confronto armado deste século turbulento, onde o anarquismo teve que lutar novamente ao mesmo tempo contra os nacionalistas, os nazi-fascistas e os stalinistas.

Paramos aqui neste pequeno relato histórico, a atual ascensão do anarquismo com novos componentes e formas é facilmente visível para quem quiser conhecê-lo.

Poder, Autoridade e Mito

Assim, se além dos fatos históricos, esquecendo a experiência das gerações que nos precederam, negligenciando as lutas e sofrimentos de milhões daqueles que podem ter sido nossos pais e nossos antepassados, se a memória coletiva não os reconhece e se suas esperanças permanecem heterogêneas em relação à imaginação estabelecida, em suma, se o anarquismo é mal compreendido pela “opinião pública” ao contrário de outras experiências revolucionárias mais alinhadas com hierarquias ancestrais, a explicação terá que ser buscada em outro lugar que não na história e na sociologia.

Dois valores constituem a base do anarquismo: liberdade e igualdade. Consequentemente, seu alvo é o poder, a exploração e a dominação, o poder de uns e a escravidão e miséria de outros.

Mas o *poder* é refratário à análise, apresenta-se como um fato massivo, as relações de poder estão por toda parte. Astutamente, quando queremos agarrá-lo, ele desliza entre dois polos conceituais: a capacidade de fazer e a dominação dos outros. É capacidade, força, poder, *potentia*, mas também dominação, comando, autoridade, *potestas*, *Summa potestas*, o Poder soberano.

Por seu conteúdo semântico, a palavra *autoridade* está muito próxima do termo *poder*. O *Littré* dá como autoridade: “Poder a ser obedecido”. E o *Grand Robert*: “Poder (reconhecido ou não) de impor obediência”. Além disso, “ter autoridade” é também “ser autorizado”, ter “o direito de mandar” e não apenas a capacidade de se impor. Assim, se o Estado moderno detém “o monopólio da violência legítima”, como diz o aforismo weberiano, é porque conseguiu obter, durante os anos de sua construção (basicamente nos séculos XIV e XV), a *transferência para si mesmo dos vínculos primários*, daqueles sentimentos primitivos de lealdade, que unem o indivíduo ao grupo, à tribo, à família, à comunidade local, e que doravante estará a serviço de uma *autoridade suprema e abstrata* capaz de identificar sua ação com a lei, de tudo legitimar e de decidir por todos, tendo os mecanismos de proibição e sanção.

Esses laços primários que unem o indivíduo e a instituição estatal são laços inconscientes impregnados de dominação patriarcal arcaica. Ligações arcaicas no duplo sentido da evolução sócio-histórica dos humanos e da vida pessoal, pensou Freud. E Max Weber reconhece que a “legítima coação” exercida pela ordem estatal deixa o “poder disciplinar” para o “pai”; um resquício do que foi em seu tempo a *potestas* do “dono da casa” (*pater familias*) que dispunha da vida de crianças e escravos.

O anarquismo atacaria então um relacionamento escondido em um canto escuro da vida de todos, onde dorme a submissão inconsciente à autoridade social.

Deveria, portanto, ser buscado na construção do que se pode chamar de “estrutura de dominação” que articularia representações imaginárias coletivas e instituições hierárquicas com o psiquismo individual.

Vamos, portanto, considerar essa dimensão do *poder político* a partir de uma “conjectura” de Freud relativa ao lugar da “proibição do incesto” na cultura, conjectura ampliada trinta anos depois por Lévi-Strauss.

Freud imagina, escrevendo **Totem e Tabu**, que em um possível estado de natureza – um estado que “não foi observado em nenhum lugar” – os homens primitivos viveram, segundo uma hipótese de Darwin, em pequenas hordas dominadas por um macho poderoso, um “*pai violento e ciumento*”, que guardava “*todas as fêmeas para si*” e castrava ou expulsava “*seus filhos*” do grupo paterno à medida que cresciam.

Um dia os irmãos assim expulsos da horda conjuram, matam seu pai tirânico e ganham acesso às mulheres cobiçadas, devoram o cadáver em uma festa coletiva e, incorporando-o, identificam-se com ele. Desde então, “*este ato memorável e criminoso*” tem “*servido de ponto de partida para tantas coisas: organizações sociais, restrições morais, religiões*”.

Nessa linha de pensamento, se o ato é memorável o é por seu repúdio. De fato, depois do parricídio, os irmãos em rebelião se viram em situação ainda pior, pois cada um queria para si, com o pai suprimido, a posse de todas as mulheres, e essa guerra de todos contra todos fez fracassar qualquer nova organização igualitária. “*Também os irmãos, se quisessem viver juntos, só tinham um caminho a seguir: instituir (...) a proibição do incesto, pelo qual todos renunciaram à posse das mulheres cobiçadas, quando foi principalmente para garantir essa posse que mataram o pai*”. De tal proibição nascem as regras de exogamia organizadas pelo grupo primitivo de parentesco, matrilinear e igualitário na reciprocidade da renúncia das mulheres do próprio clã.

Além de renunciar às mulheres desejadas, esse bando fraterno e infeliz que por uma “espécie de contrato social” acaba de atravessar a passagem do estado de natureza para o de cultura, não só praticou um ato de razão, como cometeu o parricídio na exaltação dos sentimentos opostos na mente dos filhos:

a morte do tirano odiado e a identificação com ele, o desejo de assassinato satisfeito e a imagem do pai outrora admirado e amado.

Assim, após o crime e a refeição, os afetos frustrados geram a obscura consciência de culpa e arrependimento, e o Pai assassinado retorna em sua dimensão simbólica “*mais poderoso do que jamais foi em sua vida; todas as coisas que ainda vemos hoje nos destinos humanos*”.

Os filhos negam seu ato, e é desse sentimento de culpa que agora os habita que nasce a primeira religião, a religião totêmica, que é uma tentativa de reconciliação com o pai assassinado e de *submissão* ao aceitar uma *obediência retrospectiva*.

O assassinato libertador, a culpa que se segue, a obediência e a submissão que o acompanha fazem parte da ambivalência do complexo paterno.

O pai da horda então retorna, de forma fantasmagórica. O sistema patriarcal o restitui ao seu lugar anterior, mas desta vez simbolicamente e por direito. Em suas novas funções, o pai, bem sentado no trono e no altar, “*vinga-se cruelmente pela derrota do passado e exerce uma autoridade que ninguém ousa questionar*”.

Assim, das profundezas do tempo, o que a história chama de “crime coletivo”, e que poderia muito bem ser chamado de “rebelião libertadora”, estende-se aos nossos berços, depositando no coração de cada criança o profundo *sentimento de culpa*, que outrora invadiu a consciência dos filhos do “Pai primitivo”. Essa obscura consciência do arrependido engendrou os dois tabus, do incesto e do parricídio – em termos mais políticos, tiranicídio – que deve, portanto, cobrir os dois desejos reprimidos do complexo de Édipo... “É assim que a consciência faz de todos nós covardes”, disse Hamlet, o infeliz príncipe da Dinamarca.

Essa “reconstrução” da pré-história da humanidade era uma necessidade teórica para Freud se ele quisesse dar um fundamento antropológico à estrutura edipiana do inconsciente individual. Como sabemos Freud defendeu a ideia de uma transmissão filogenética, que supunha a “*conservação de tais traços de memória na herança arcaica*”.

Considere a hipótese, ou conjectura, do “Pai Primitivo” como um mito de origem. Como qualquer mito de origem, não nos fala do passado, da história distante ou arcaica de um povo, dá-nos a ver, ou diz-nos, as representações-chaves – centrais – que organizam, como num campo de força, as instituições, as práticas, as mentalidades, da sociedade particular em que o mito se expressa. Audaciosamente, Freud lança uma ponte, não sobre milênios, ligando a ação de grupos pré-históricos de humanos ao presente histórico, mas lança-a sobre o hiato que separa a sociedade e o psiquismo.

Poder Político Fora da Consciência

Os homens estabelecem sua sociedade no *sentido* e na *encenação* das práticas coletivas. As representações inconscientes, as fantasias, são cenários individuais que o sujeito constrói a partir de representações sociais imaginárias.

A ordem simbólica constrói relações que podemos descrever em termos de dois eixos que se cruzam, um deles, vertical, digamos o eixo da *instituição*, une o polo superior: a organização do parentesco (a proibição do incesto, ou positivamente exogamia), no polo inferior: o ‘complexo de Édipo’ considerado como um modelo transindividual. O outro, o eixo horizontal do *significado*, conecta o polo esquerdo, o “Mito” (do Pai primitivo), ao polo direito, a “Fantasia” (edipiana). No quadrante superior esquerdo desdobra-se a sociedade, no inferior direito o sujeito. Esses eixos constituem a estrutura da sociedade patriarcal (androcêntrica ou falocêntrica).

Visto como um “modelo” transindividual, o complexo de Édipo inscreve o sujeito na estrutura de parentesco que é descendência e aliança, consanguinidade e afinidade. Articula sexo e morte, desejo humano e sua proibição. Ele está fora de qualquer experiência pessoal, não é motivado pelos caprichos da vida. É fatal, inexorável.

Este é, pelo menos, o sentido que o mito dá à “Lei Primordial”: a proibição do incesto, que deveria determinar a passagem da natureza à cultura. A lei postulada como universal que o mesmo mito impõe ao criar assim uma *instância proibitiva* externa e anterior a qualquer relação situacional real de um grupo humano, e que, além disso, liga indissolivelmente desejo e lei.

Na realidade vivida de cada sujeito, o desejo infantil e sua repressão sucumbem ao Superego, mas o complexo de Édipo e o complexo de castração a ele associado deixaram vestígios de seu significado mítico – a experiência da horda e a lenda grega -: uma *culpa inconsciente* irreparável por ter um dia fantasiado a revolta contra a Autoridade.

A tragédia de Édipo reforça a “submissão devida” à ordem estabelecida, encarna a figura patriarcal da sociedade hierárquica.

Édipo, no trono de Laios e no leito de Jocasta, procura o criminoso que se revela parricídio e descobre que é incestuoso. Inconsciente transgressor, ele sempre retorna ao seu lugar de filho, cego e simbolicamente castrado.

Santo Agostinho não diz mais nada: corrompido pela desobediência, o Homem “deveria ser punido com uma justa sentença de morte”, deveria sofrer “todas as revoltas da luxúria”. “Culpado e castigado, os seres que dele nascem, ele os engendra tributários do pecado e da morte”. A representação da lei e da morte intrinsecamente ligada ao desejo sexual é uma ideia de poder que “sem dúvida tem raízes profundas na história ocidental”.

O cenário original do crime dá ao pai da horda o papel de um déspota possessivo e lascivo, que expulsa seus filhos do grupo quando eles podem se tornar rivais, pudemos, portanto, ver o direito de resistência plenamente estabelecido e o tiranicídio justificado. Mas o Autocrata também é o pai amado, e o filho arrependido se submete à ordem ancestral: a sagrada Autoridade de nossos Pais.

Os mitos do Pai primitivo e do Rei Édipo combinados cumprem sua função na sociedade patriarcal: inserem cada ser humano no círculo de reprodução da dominação, carregam as representações inconscientes da *servidão voluntária*.

O Herdeiro do Complexo e a Ambivalência Diante o Anarquismo

Se na sociedade patriarcal – na estrutura de dominação – a Lei é constitutiva do desejo, as mulheres e os homens que esta sociedade formou serão permanentemente tentados pela transgressão. Porque, como bem pensava Bataille, “*A proibição leva à transgressão, sem a qual a ação não teria o brilho maligno que seduz... É a transgressão da proibição que enfeitiça...*”

Mas o conflito infantil, que permaneceu inconsciente no coração dos humanos, deixou um herdeiro formidável, uma autoridade psíquica que se separa do eu e o toma como seu objeto e até o tiraniza: o Eu-Superior, o censor. Ele carrega a Lei ancestral para a vida adulta e se torna um juiz mais ou menos inflexível em sua vida interior que sanciona e pune com a única arma da culpa. O superego, herdeiro dos complexos de Édipo e de castração, marca a renúncia aos desejos edipianos.

As identificações primárias e as demais que se seguirão sedimentam os objetos abandonados e os modelos ideais no ego, modificando o superego.

No entanto, no legado carregado pelo superego há um conteúdo que afirma vir de longe. “O super-*eu* da criança – escreve Freud – não se constrói, de fato, segundo o modelo dos pais, mas segundo o *superego* parental; preenche com o mesmo conteúdo, torna-se o portador da tradição, de todos os valores comprovados pelo tempo que foram perpetuados dessa maneira de geração em geração”. As proibições originais que atingem o incesto e o parricídio, e a culpa que as impôs, permanecem sempre as guardiãs da autoridade social.

Através do apego libidinal ao objeto externo e do jogo de identificações introjetivas e projetivas, constroem-se os vínculos que formam essas unidades psicológicas muito instável ou mais constante, esse “*nós*” que nos faz sentir como se fôssemos nossos nas ações dos outros. Assim estão ligados os indivíduos que introduziram em seu *superego* o mesmo objeto de amor ou ódio: um líder, um ideal, um inimigo comum. É o complexo infantil reprimido, marcado pela proibição e pelo arrependimento, que acolhe esses novos objetos.

Dito isso, cada sujeito constrói sua própria relação com sua consciência moral. Há aqueles que fazem seu o tribunal de sua consciência e o defendem como um bastião, e aqueles que “externalizam” seu *ideal de ego* no líder ou na instituição, aqueles que querem fugir a toda responsabilidade e que se refugiarão na aceitação acrítica dos valores dominantes do imaginário coletivo. Dessa forma, a projeção identificatória de uma parte do *superego* sobre uma *instância externa*, dá a essa instância – o Estado, a Igreja, o Partido, o Líder (Führer) – as funções internas do *superego*. A partir de então, a lei do Estado e as proibições de crianças são assimiladas. Ao comando do inconsciente, escreve Lacan, “*centro e falo se fundem*”.

Um *superego* externalizado, portanto, protege as pessoas “bem integradas” das tentações de rebelião ou transgressão.

Na perspectiva desta conjectura consideramos que a estrutura edipiana inconsciente do sujeito responde, de forma mais ou menos bem-sucedida ou neurótica, às formas institucionais, tanto privadas como públicas, das sociedades estatais, determinado pelas diferenças desiguais entre gêneros, grupos e classes. Diferenças baseadas principalmente na estrutura de parentesco com sua hierarquia de sexos e gerações.

Conseqüentemente, dois fenômenos atingirão com força total as relações sociais de dominação. Quando os conflitos que atravessam as sociedades complexas em que vivemos conseguem modificar um pouco as regras de casamento e filiação – como é necessariamente o caso da procriação medicamente assistida (PMA), barriga de aluguel (GPA) ou casamento homossexual – a autoridade tradicional vacila, um sentimento de culpa social está se espalhando (“Queremos matar o Pai simbólico novamente! são ofendidos pelos defensores da Ordem”) e uma certa angústia de castração assalta parte da opinião pública. Então, fantasias de incesto e assassinato são liberadas ao ocupar o centro do palco. As paixões sociais estão despertando, mas seus motivos permanecem opacos.

Em outro nível, e agora de forma direta, quando o anarquismo critica o “princípio da autoridade, a legitimidade do Estado ou o poder da classe dominante”, também põe em movimento a estrutura interna dos sujeitos sociais. Atinge as representações do imaginário dominante e mobiliza aspectos inconscientes dos indivíduos. São esses conteúdos semânticos do psiquismo humano que se expressam nos elos primários, amalgamando a lei do Estado e as proibições infantis. Eles unem os membros de uma sociedade às suas instituições.

Como o mito destaca, é o sexo e a morte que dão à política seu pathos particular. Poderíamos, portanto, pensar que é razoável buscar nas motivações inconscientes – como supõe nossa hipótese – as causas do desconhecimento que os cidadãos de ambos os sexos têm das ideias e dos fatos da ação anarquista.

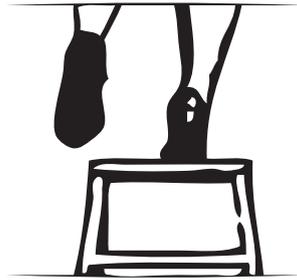
Se diante das críticas da hierarquia, da autoridade social, do Estado, a maioria conformista que toda sociedade produz reage com um entendimento descarrilado, a repressão se impõe à consciência e as fantasias substituem a informação. Se a “opinião pública” se recusa a ver que é em nós, povo, como dizem os anarquistas, que reside a capacidade de desobediência e revolta, é porque a acusação dos anarquistas contra o poder político desperta uma angústia inconsciente que desencadeia um sentimento de culpa latente. Reação defensiva de certezas adquiridas.

Mas, esse sentimento de culpa é duplo porque se baseia na ambivalência do “complexo paterno”. Em um primeiro sentido, segundo o mito do Pai da horda, é o peso do crime, do parricídio, que preenche nos filhos sua “consciência de arrependimento”, e que, transmitido no superego de cada indivíduo, induz a submissão e paralisa a rebelião, diante das propostas anarquistas. Mas, por trás dessa culpa esconde-se outra igualmente pesada e irritante, maculada pela vergonha de ter desistido de reivindicar seu gesto, de ter abandonado a amarga liberdade conquistada para viver sob tutela e desapropriação.

A tirania social “*domina os homens pelos costumes, pelas maneiras, pela massa de sentimentos, preconceitos e hábitos*”; apesar de não ser suficiente, a proibição compromete a transgressão, e aqueles que querem governar os homens devem viver sob o Qui vive! Eles têm que controlar, bater, erguer Bastilhas e andaimes, comunicar, atirar, ensinar história, fazer guerra.

“*Segue*” – escreve Bakunin – que, para “*se revoltar contra essa influência que a sociedade naturalmente exerce sobre ele, o homem deve, pelo menos em parte, revoltar-se contra si mesmo*”. E quando acontece que sua revolta se faz em comum, quando a insurreição os impele à ação, os humanos redescobrem a alegria de viver, o júbilo da liberdade, a expansão da solidariedade. Um bloqueio inconsciente saltou.

Biblioteca Anarquista



Eduardo Colombo
O Problema do Poder
Entre a Psicologia Social e o Anarquismo
01/2016

www.socialisme-libertaire.fr

Titulo Original: *Le Problème du Pouvoir*. Tradução e Revisão por André Tunes @Nucleo de
Estudos Autonomo Anarco Comunista.

Ela não possui direitos autorais pode e deve ser reproduzida no todo ou em parte, além de ser liberada a sua distribuição, preservando seu conteúdo e o nome do autor. Eduardo Colombo nasceu em Buenos Aires (Argentina) em 1929. Médico, psicanalista e professor de psicologia social na Universidade, entre 1961 e 1966, foi também ativista do FORA e editor do jornal anarquista *La Protesta*. Deixou a Argentina em 1970 e desde então vive em Paris. Participou em várias revistas, incluindo *La Lanterne noire* (Paris, 1974–1978) e *Volontà* (Milão, 1982–1996). Atualmente, é membro do conselho editorial da *Réfractions*, revista de pesquisas e expressões anarquistas, bem como das *Éditions CNTRP*. Autor de vários ensaios em psicologia e filosofia política, incluindo **Volonté du peuple, Démocratie et anarchie**, publicado em 2007.

bibliotecaanarquista.org